

**Políticas de ações afirmativas e educação das relações étnico-raciais:  
desafios e avanços na educação superior brasileira**

**Affirmative action policies and education on ethnic-racial relations: challenges  
and advances in Brazilian higher education**

**Políticas de acción afirmativa y educación sobre relaciones étnico-raciales:  
desafíos y avances en la educación superior brasileña**

Maria Aparecida Alves de Sousa<sup>1</sup>

Daniele do Nascimento Leandro<sup>2</sup>

Ana Paula Romão de Souza Ferreira<sup>3</sup>

[https://doi.org/ 10.70678/sala8.v1i12.2051](https://doi.org/10.70678/sala8.v1i12.2051)

Artigo científico

Linha de pesquisa: Educação e Direitos Humanos

**RESUMO**

Tardiamente as discussões sobre a educação das relações étnico-raciais adentraram na educação superior, sendo esta uma pauta de constante reivindicação do movimento negro e das mulheres negras. Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a contribuição da Educação das Relações Étnico-Raciais no contexto dos direitos humanos para a reparação histórica da população negra brasileira e para a implementação das políticas afirmativas na educação superior. A metodologia utilizada foi qualitativa do tipo bibliográfica e documental. Com o aporte no materialismo histórico e dialético para análise dos dados. Para a fundamentação teórica dessa pesquisa iremos nos debruçar nas intelectuais negras Nilma Lino Gomes (2005); Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) para dialogar sobre o Movimento Negro e a população negra na sociedade brasileira e dos documentos oficiais como: as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais, Política da Igualdade Racial (2003) e a Lei de Cotas (2012). Portanto, os resultados apontam a materialização mesmo que lentamente das leis com

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba, Graduada em Pedagogia. E-mail: [aparecidaalves.c09@gmail.com](mailto:aparecidaalves.c09@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2621-3393>.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Doutoranda em Educação (PPGED/UFRN). E-mail: [daniele.leandro1@gmail.com](mailto:daniele.leandro1@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8379-308X>.

<sup>3</sup> Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Educação. Professora Efetiva, junto ao Departamento de Habilidades Pedagógicas (CE/UFPB). E-mail: [anarosfe@gmail.com](mailto:anarosfe@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9755-2439>.

recorte racial através das ações da expansão das pesquisas e da inserção da população negra na educação superior.

**Palavras-Chave:** Educação das Relações Étnico-Raciais; Políticas de ações Afirmativas; Educação Superior.

## ABSTRACT

Discussions on the education of ethnic-racial relations have belatedly entered higher education, and this is a constant demand of the black movement and black women. Thus, this research aims to analyze the contribution of Ethnic-Racial Relations Education, within the context of human rights, to the historical reparation of the Black Brazilian population and the implementation of affirmative action policies in higher education. The methodology used was qualitative, bibliographical and documentary, with a focus on historical and dialectical materialism for data analysis. For the theoretical basis of this research, we will focus on black intellectuals Nilma Lino Gomes (2005); Lélia Gonzalez and Carlos Hasenbalg (1982) to discuss the Black Movement and the black population in Brazilian society and official documents such as: the Guidelines for Education on Ethnic-Racial Relations, Racial Equality Policy (2003) and the Quota Law (2012). Therefore, the results indicate the materialization, albeit slowly, of racially biased laws through the expansion of research and the inclusion of Black people in higher education.

**Keywords:** Education on Ethnic-Racial Relations; Affirmative Action Policies; Higher Education.

## RESUMEN

Los debates sobre la educación de las relaciones étnico-raciales han entrado tardíamente en la educación superior, y ésta es una demanda constante del movimiento negro y de las mujeres negras. Así pues, esta investigación busca analizar la contribución de la Educación en Relaciones Étnico-Raciales, en el contexto de los derechos humanos, a la reparación histórica de la población negra brasileña y a la implementación de políticas de acción afirmativa en la educación superior. La metodología empleada fue cualitativa, bibliográfica y documental, con un enfoque en el materialismo histórico y dialéctico para el análisis de datos. Para la base teórica de esta investigación, nos centraremos en los intelectuales negros Nilma Lino Gomes (2005); Lélia Gonzalez y Carlos Hasenbalg (1982) para discutir el Movimiento Negro y la población negra en la sociedad brasileña y documentos oficiales como: las Directrices para la Educación sobre las Relaciones Étnico-Raciales, la Política de Igualdad Racial (2003) y la Ley de Cuotas (2012). Por lo tanto, los resultados indican la materialización, aunque lenta, de leyes con sesgo racial mediante la expansión de la investigación y la inclusión de las personas negras en la educación superior.

**Palabras clave:** Educación sobre relaciones étnico-raciales; Políticas de acción afirmativa; Educación superior.

## INTRODUÇÃO

Tardamente as discussões sobre a educação das relações étnico-raciais adentraram nos institutos de ensino superior, sendo está uma pauta de constante reivindicação dos movimentos sociais negros e das mulheres negras, intelectuais negras/os e não negras/os, com o objetivo de que a história da população negra não fosse apenas reduzida ao período colonial em que negras, negros e crianças foram

escravizadas, tratadas como mercadorias e seres humanos sem almas e sendo torturadas e torturados das mais diversas formas de violências: perpassando pela violência sexual, física e psicológica.

Com a inserção da população negra no ensino superior por meio das ações afirmativas com a implementação da lei 10.639/2003, das cotas raciais em 2012 emergiram no espaço acadêmico e na sociedade diversos conhecimentos oriundos da população africana e afro-brasileira transformando a educação e a sociedade brasileira.

Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a contribuição da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no contexto dos direitos humanos para a reparação histórica da população negra brasileira e para a implementação das políticas afirmativas no ensino superior. Os nossos objetivos específicos são: descrever a Educação das Relações Étnico-Raciais em seu contexto sócio histórico; identificar nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana sobre o contexto da reparação histórica e o Ensino Superior e analisar a contribuição da Educação das Relações Étnico-Raciais para a implementação das políticas afirmativas no ensino superior.

A metodologia utilizada foi qualitativa do tipo bibliográfica e documental. Com o aporte no materialismo histórico e dialético para análise dos dados. Para a fundamentação teórica dessa pesquisa iremos nos debruçar nas intelectuais negras Nilma Lino Gomes (2005); Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) para dialogar sobre o Movimento Negro e a população negra na sociedade brasileira e dos documentos oficiais como: as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais, Política da Igualdade Racial (2003) e a Lei de Cotas (2012).

Portanto, os resultados apontam com implementação da Lei 10.639 de 2003 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica e na formação de profissionais da educação superior para lecionar essa temática, vem contribuindo para a expansão de pesquisas nessa temática que envolve a população africana e afro-brasileira construindo novas concepções de uma história antes escrita apenas por um viés, das pessoas não-negras e que em seus escritos e pesquisas enaltecia apenas seus conhecimentos e sabres. E, após a inserção por meio das políticas

afirmativas da população negra na educação superior novas narrativas estão sendo pesquisadas e escritas no mundo acadêmico e na sociedade.

Este artigo está dividido em Introdução e Considerações e por três capítulos teóricos: no capítulo 2 abordamos sobre a relevância do Movimento Negro Educador para a implementação da Lei 10.639/2003, o capítulo 3 a metodologia e o capítulo 4 da análise e discussões dos dados sobre a ação afirmativa como promoção da desigualdade racial para a população negra.

## **2 A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: uma luta permanente**

O século XXI está sendo marcado pela expressiva e constante atuação do Movimento Negro pela elaboração, implementação e ampliação das políticas públicas com recorte étnico-racial que buscam a reparação histórica da desigualdade socioeconômica e educacional das/dos afro-brasileiros.

O Movimento Negro educador ela tem essa característica como bem defini Nilma Lino Gomes (2017) em seu livro “O Movimento Negro Educador”. Em mais de um século o Movimento Negro por meio das/os ativistas e intelectuais negras/os e não-negras/os vem nesse processo educativo dentro dos movimentos sociais negros nas discussões das pautas raciais na sociedade e no processo educativo para os temas e termos relevantes para a população negra africana e afrodescendentes. Portanto, sendo agente de mobilização e com isso reivindicando constantemente para que as pautas do movimento se tornassem políticas de Estado.

A tese defendida por Gomes (2017) “de que o movimento negro é um educador da sociedade e do Estado brasileiros no que se refere à compreensão do fenômeno do racismo e dos caminhos para combater-lo” (Gomes, Silva e Brito, 2021, p. 2). Como podemos observar na luta histórica do movimento negro dentro do campo educacional e se “não fosse a força reivindicativa, propositiva e o perfil político educador do movimento negro” (Gomes, Silva e Brito, 2021, p. 2) as políticas públicas com recorte étnico-racial não existiriam. Deste modo,

A tese defendida pela autora de que os saberes construídos pela população negra ao longo da sua trajetória social, cultural, política e nas lutas antirracistas são organizados e sistematizados pelo movimento negro, o qual também atua como um produtor de saberes, ajuda-nos a entender a trajetória histórica e

política de várias reivindicações desse movimento social, ao longo do século XX, algumas das quais surgiram como protesto e denúncia e alcançaram o status de políticas públicas no século XXI (Gomes, Silva e Brito, 2021, p. 2).

Os anos 2000, tem como marca a atuação do Movimento Negro, pois podemos constata que pela sua luta histórica a mais de três séculos, a população negra conquistou relevantes Políticas Públicas com o recorte racial e a área da educação foi a que tem uma marca mais expressiva dessas conquistas. A partir da Conferência Mundial das Nações Unidas, em Durban na África, em 2001, contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância. Assim, foi assinada e assumido pelos representantes mundiais, dentre eles o Brasil, para comprometerem-se em seus países uma atuação e criação de mecanismos para combater e exterminar o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância.

Como poderemos ver no quadro 1 a seguir as principais políticas educacionais com o recorte étnico-racial brasileiros nos anos 2000, expressão de uma luta árdua da população negra e dos movimentos sociais negros por mais de três séculos.

**QUADRO 1** – Políticas públicas com recorte étnico-racial a partir dos anos 2000

| ANO  | LEI                                          | DESCRIÇÃO                                                                                                                                           |
|------|----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2003 | Lei nº 10.639                                | Inclui a obrigatoriedade do ensino de história africana e da cultura africana e afro-brasileira.                                                    |
| 2003 | Decreto nº 4.886;                            | Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.                                                                                       |
| 2003 | Decreto nº 4.887/2003                        | Titulação de Terras Quilombolas. Reconhece e titula territórios ocupados por comunidades remanescentes de quilombos.                                |
| 2004 | Diretrizes Curriculares Nacionais para a ERE | Diretrizes Curriculares Nacionais para a ERE Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana. |

|      |                                                        |                                                                                                                                                                                                                                     |
|------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2005 | Programa Universidade para Todos (ProUni)              | Conceder bolsas de estudos integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior. Tendo como público alvo principal, estudantes de baixa renda, com critérios que beneficiam pretos, pardos e indígenas.                 |
| 2009 | Política Nacional de Saúde Integral da População Negra | Garantir equidade no atendimento do SUS, combater o racismo institucional e tratar doenças prevalentes.                                                                                                                             |
| 2010 | Lei nº 12.288                                          | Estatuto da Igualdade Racial. Estabelece diretrizes para a garantia de direitos e promoção da igualdade racial em diversas áreas (cultura, saúde, educação, trabalho).                                                              |
| 2012 | Lei nº 12.711                                          | Lei de Cotas Sociorraciais. Reservar 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes de escolas públicas, com cotas raciais e de renda.                                                                        |
| 2012 | Parecer CNE/CEB nº 16/2012                             | Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.                                                                                                                                                               |
| 2014 | Lei nº 12.990                                          | Reserva de 20% das vagas nos concursos públicos federais para pessoas negras.                                                                                                                                                       |
| 2024 | Lei nº 14.914                                          | A Política Nacional de Assistência estudantil. Garantir a permanência e a conclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas instituições federais de ensino superior e educação profissional e tecnológica. |
| 2025 | Lei 15.142                                             | Estabelece que 30% das vagas em concursos públicos federais são reservadas para pessoas pretas ou pardas (25%), indígenas (3%) e quilombolas (2%), substituindo a lei anterior 12.990 que previa apenas 20% de cotas para negros.   |

Fonte: Elaboração das autoras (2025)

Nessa breve linha histórica das principais políticas públicas com recorte étnico-racial conquistadas no século XXI pela ação da população negra organizada em

movimentos sociais negro, queremos evidenciar que essas conquistas não beneficiam somente a população negra, mas toda a sociedade brasileira. Porque, com a implementação da Lei 10.639/2003 de institui a obrigatoriedade do ensino de história africana e da cultura africana e afro-brasileira na educação básica e com isso necessitando que seja também implementada na educação superior para que ocorra o processo formativo étnico-racial das/os profissionais que são formados nas Instituição do Ensino Superior, mas não fica limitada nos cursos de pedagogia e em algumas licenciaturas como história, pois deverá abranger a todos os cursos de Licenciaturas e Bacharelados e nos cursos técnicos ofertados pelas universidades.

Ao darmos nota dessas políticas públicas com recorte étnico-racial na historiografia brasileira nos deparamos com uma história em que o Estado criou mecanismo para excluir a população negra utilizando de ações para privilegiar os não-negros, os imigrantes que vinham da Europa e da Ásia.

Partindo dessa reflexão Lélia Gonzalez (2020, p.94) diz que “desde a Independência aos dias atuais, todo um pensamento e uma prática político-social, preocupados com a chamada *questão nacional*, tem procurado excluir a população negra de seus projetos de construção da nação brasileira”. Após a abolição dois projetos de sociedade foram criados: uma de valorização, incentivo e financiamento dos europeus e asiáticos em solo brasileiros na região sudeste e a outra foi de querer apagar do mapa brasileiro quaisquer resquícios da existência da população negra e indígena na sua participação na construção da sociedade brasileira com seus conhecimentos e saberes, com seu trabalho e vida, com suas ações de reivindicações organizações como os quilombos.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (Gil, 1987, p.19) continuando essa reflexão sobre a pesquisa Maria Andrade diz que a pesquisa é o “conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos” (Andrade, 2010, p. 109).

Partindo dessa afirmação que a pesquisa tem por objetivo descobrir soluções para os questionamentos propostos. Desse modo, esta pesquisa do ponto de vista dos objetivos é uma pesquisa exploratória e quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica e documental para a obtenção dos dados necessários para a realização da pesquisa.

A metodologia por assim compreender é o “conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento” (Andrade, 2010, p. 117). Na concepção de Marcone e Lakatos, (2017, p. 107) o método de abordagem “caracteriza-se por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade.”

Portanto, nesta pesquisa utilizamos o método dialético por ir no desencontro de tudo que é rígido em nos revelar que “tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma” (Andrade, 2010, p. 121). E, nas palavras de Marcone e Lakatos, (2017, p. 108) por penetrar “o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Quando ao método de procedimento fizemos uso do histórico, pois

Consiste em investigar os acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje. Partindo do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem do passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função (Andrade, 2010. P. 121).

Sendo essencial a realização desse processo investigativo dos acontecimentos indo ao passado para verificar sua influência na sociedade de hoje. E, quando falamos da população negra essa volta ao passado na história nos faz compreender as lutas recentes pela reparação histórica que são materializadas pelas ações afirmativas.

#### **4. AÇÕES AFIRMATIVAS NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO**

No Brasil em meados da década de 1960 Florestan Fernandes em seus estudos sociológicos sobre a sociedade negra brasileira comprovou a falácia da democracia racial que tanto era propagada que ele denominou do mito da democracia racial e que até o

presente momento ainda se perpetua essa falácia. A pesquisadora Nara Ferreira (2019, p. 476) destaca que:

No Brasil, vários grupos são historicamente marginalizados e seus membros excluídos do exercício da cidadania. A democracia racial brasileira, alardeada por anos, assevera a ideia de que as relações de raça seriam harmoniosas. Muitos defendem que o critério racial jamais foi relevante para definir as chances de qualquer pessoa no país. No entanto, a vergonha do brasileiro de demonstrar o próprio preconceito não significa que a discriminação racial não exista, e ainda dificulta o combate ao racismo, por inibir discussões abertas sobre o tema.

Nesse sentido, a valorização da mestiçagem ao longo da historiografia brasileira serviu como escudo para esconder as violências sexuais sofridas pelas mulheres negras e pelas as indígenas e com isso com a difusão de um país mestiço buscou evitar o reconhecimento da população negra na história, na participação socioeconômica na construção da nação e da sua importância na vida cultural e histórica brasileira.

Diante dessa realidade da utilização da mestiçagem para camuflar atos violentos contra as mulheres, de não reconhecer a importância da população negra na cultura e na construção socioeconômica do Brasil. Com as ações do Estado de não fazer a reparação socioeconômica da participação da população negra africana e afro-brasileira na construção do Brasil, após o dia 13 de maio de 1888, a população negra “ganhou” a liberdade, mas não teve nenhum direito garantido para a sua inserção na sociedade. Então, ainda no século XXI a população negra vivencia as consequências dessas ações do Estado. Deste modo, se caracterizando na desigualdade socioeconômica e educacional da população negra.

Desta maneira, autora Ferreira (2019, p.478) menciona que:

A desigualdade social, decorrente da discriminação racial, perpassa os diversos setores da sociedade. Contudo, a restrição do acesso à educação em todos os seus níveis e, especialmente, perversa tendo em vista que o acesso ao ensino formal e de qualidade é o principal meio de emancipação dos cidadãos. Assim, a impossibilidade de formação educacional adequada compromete todo o futuro de uma geração.

Por isso, que a Educação é uma das principais pautas de luta do movimento negro e com isso direciona suas ações para a implementação das políticas afirmativas. No intuito de diminuir a discriminação racial e aumentar a inclusão da população negra. A

pesquisadora Ferreira (2019, p.486) aborda sobre a definição das ações afirmativas por meio de quatro autores e estudiosos da área no quadro a seguir.

**QUADRO 2 – Definições de ações afirmativas**

| AUTOR/A                                     | DEFINIÇÃO                                                                                                                                                                            | EXPLICAÇÃO                                                                                                                                                          |
|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Bayma (2012)</b>                         | Ações afirmativas como iniciativas para promover a igualdade, reduzindo as injustiças sociais                                                                                        | São práticas que consideram as desigualdades reais, e assim, podem ser instrumentos hábil e efetivo para se promover o aumento de oportunidades de inclusão social. |
| <b>Bernardino (2002)</b>                    | Ações afirmativas como políticas públicas que pretendem corrigir desigualdades socioeconômicas procedentes de discriminação, atual ou histórica, sofrida por algum grupo de pessoas. | As políticas de ação afirmativa buscam, por meio de um tratamento temporariamente diferenciado, promover a equidade entre os grupos que compõem a sociedade.        |
| <b>Guarnieri e Melo-Silva (2007)</b>        | As ações afirmativas podem ser compreendidas como medidas de caráter social que visam à democratização do acesso a meios fundamentais por parte da população em geral.               | Com o objetivo principal de promover condições para que todos na sociedade possam competir igualmente pela conquista de tais meios.                                 |
| <b>Daflon, Feres Júnior e Campos (2013)</b> | A ação afirmativa se diferencia das políticas antidiscriminatórias, puramente punitivas, por atuar em favor de coletividades discriminadas                                           | As políticas antidiscriminatórias puramente punitivas só se preocupam em coibir                                                                                     |

|  |                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                 |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | e indivíduos que potencialmente são discriminados, podendo ser entendida tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos. | comportamentos e práticas que promova discriminação, sem contudo cuidar da elevação das condições de vida de grupos e indivíduos discriminados. |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: FERREIRA, 2019

Diante da realidade social brasileira “estruturada pelo mito da democracia racial e pelo ideal de branqueamento, durante décadas, manteve-se intacto o padrão de relações raciais brasileiro, não sendo posto em prática nenhum tipo de política que pudesse efetivamente corrigir as desigualdades raciais” (Ferreira, 2019, p. 487). E diante desse cenário que se faz necessário atualmente a continuação da discussão e a ampliação das políticas afirmativas. Por isso, que trouxemos a definição das ações afirmativas pelo viés desses autores/as para que possamos compreender o que são as ações afirmativas e a relevância para a sociedade, principalmente para a população negra.

Por isso, da relevância das ações afirmativas. Porque,

A reivindicação por uma educação democrática, como uma das estratégias de combate ao racismo, sempre foi um dos temas centrais das lutas do movimento negro do passado e do presente. Podemos observar como ela comparece nas pautas das várias organizações negras do século XX, sempre acompanhada da denúncia de que as pessoas negras não acessavam a Educação Básica como um direito, de que a maioria das crianças negras não estava presente na escola básica e, quando conseguiam cursá-la, era sempre em situação de desvantagem quando comparadas com as brancas. Fazia parte dessas reivindicações, também, a constatação de que a juventude negra sequer colocava a Educação Superior no seu horizonte como possibilidade de estudo e de formação. (Gomes, Silva e Brito, 2021, p. 2).

Para falarmos sobre as políticas afirmativas temos que nos remeter ao racismo que está enraizado na sociedade brasileira e a lei 10.639/2003 veio para introduzir na educação básica a história e a cultura africana e afrobrasileira e com isso atuar numa educação antirracista e abordar temáticas que estão relacionada ao cotidiano da sociedade brasileira, sobretudo no dia a dia da população negra, dentre elas podemos destacar o racismo que se manifesta de diversas formas na sociedade.

Nesse sentido, a autora e intelectual negra Nilma Lino Gomes destaca que:

Uma melhor compreensão sobre o que é o racismo e seus desdobramentos poderia ser um dos caminhos para se pensar estratégias de combate ao racismo na educação. Muitos professores ainda pensam que o racismo se restringe à realidade dos EUA, ao nazismo de Hitler e ao extinto regime do Apartheid na África do Sul. Esse tipo de argumento é muito usado para explicar a suposta inexistência do racismo no Brasil e ajuda a reforçar a ambiguidade do racismo brasileiro. Além de demonstrar um profundo desconhecimento histórico e conceptual sobre a questão, esse argumento nos revela os efeitos do mito da democracia racial na sociedade brasileira, esse tão falado mito que nos leva a pensar que vivemos em um paraíso racial (Gomes, 2005 p.148).

Pelo que podemos entender o entendimento conceptual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito por parte dos profissionais da educação básica e do ensino superior poderia contribuir para compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e que isso não ocorre por não fazer parte da formação básica dos profissionais da licenciatura e do bacharelado no ensino superior.

A pesquisadora Gomes (2005) explica que se as/os educadoras/es tivessem o entendimento conceitual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito poderia ter uma melhor compreensão da especificidade do racismo brasileiro e com isso a identificar uma pratica racista em seu espaço de trabalho e na sociedade. Portanto, deveria fazer parte da formação das/os professoras/es o estudo sobre os principais conceitos que norteiam ao cotidiano da população negra, e na elaboração de uma educação antirracista.

A autora Gomes (2005) nos mostra como poderia ocorrer esse entendimento dos profissionais da educação e na ação concreta para a eliminação de práticas raciais. Assim ela afirma que:

[...] é necessário que, na educação, a discussão teórica e conceptual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas. Julgo que seria interessante se pudéssemos construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal. Dessa forma, o entendimento dos conceitos estaria associado às experiências concretas, possibilitando uma mudança de valores. Por isso, o contato com a comunidade negra, com os grupos culturais e religiosos que estão ao nosso redor é importante, pois uma coisa é dizer, de longe, que se respeita o outro, e outra coisa é mostrar esse respeito na convivência humana, é estar cara a cara com os imites que o outro me impõe, é

saber relacionar, negociar, resolver conflitos, mudar valores (Gomes, 2005, p.149).

Portanto,

Ao que se refere à tomada de consciência acerca da relevância da Educação Superior como um espaço importante para a população negra, é possível perceber que desde a Convenção Nacional do Negro Brasileiro, organizada pelo Teatro Experimental do Negro, a sinalização da necessidade de inserção de negras e negros na Educação Superior se fazia presente. Com duas reuniões, em 1945 em São Paulo e 1946 no Rio de Janeiro, a Convenção apresentou, em suas conclusões, um “manifesto à Nação Brasileira” no qual, entre diversas propostas de políticas antirracistas, já demandava vagas e bolsas para negros e negras no ensino superior. Todas as propostas do Manifesto foram publicadas, entre 1948 e 1950, no jornal dessa organização negra intitulado *O Quilombo* (Gomes, Silva e Brito, 2021, p. 2).

Constatamos novamente que a tomada de consciência acerca da relevância da Educação Superior como um espaço importante para a população negra, não tem início nesse novo século por meio das ações afirmativas, mas que é uma pauta que na década de 1940 já vinha sendo discutida dentro do movimento negro. E com isso, percebemos a ação do Estado na negação do direito da população negra ao acesso à educação, da educação básica ao ensino superior.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações afirmativas de promoção da igualdade racial ressignificaram a luta pelo direito à educação no Brasil, o acesso de pessoas negras nas universidades públicas por meio da implementação das cotas raciais e a incansável luta para que o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana sejam ministradas nas escolas da Educação Básica como na Educação Superior. Tem causado efeitos relevantes na sociedade por surgir e ser inclusos conhecimentos e experiências produzidas pela população negra nas suas mais diversas vivências: política, social e cultural. Portanto, modificando o conhecimento científico, a educação e a sociedade.

As ações afirmativas, notadamente as políticas de cotas raciais e sociais, deixaram de ser uma proposta marginal para se tornarem um elemento central no debate sobre a construção de um projeto nacional mais justo e democrático. Sua importância transcende a simples inserção de indivíduos em espaço de prestígios; trata-se de uma

ferramenta fundamental para a reparação histórica, a transformação social e o fortalecimento da própria democracia brasileira.

É crucial reconhecer que as ações afirmativas não é a solução rápida para os problemas históricos. Pois, enfrentam desafios como a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica, combater a evasão de estudantes cotistas e ampliar as políticas para o mercado de trabalho e de pós-graduação.

No entanto, os resultados já são palpáveis. O número de jovens negros nas universidades públicas dobrou nas últimas décadas, assim como o acesso nas pós-graduações, a ampliação de pesquisas com o recorte étnico-racial e na utilização de autoras/es e pesquisadoras/es/ negras/os. Esses profissionais estão agora transformando seus campos de atuação. O sucesso dessas políticas demonstra que o problema nunca foi a falta de capacidade, mas a falta de oportunidade.

Em conclusão, as ações afirmativas não são um favor à população negra, mas um investimento estratégico no futuro do Brasil. Elas são um mecanismo essencial para construir uma nação que não apenas tolera, mas valoriza sua diversidade, e que se baseia na justiça e na equidade como pilares para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. O caminho é longo, mas a direção é certa: um Brasil mais justo só será possível quando for, também, um Brasil antirracista.

## 6 REFERÊNCIA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. – 10. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Brasília**, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Brasília**: SECAD; SEPPIR, 2009. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf>> Acesso em: 14/06/2012.

FERREIRA, Nara Torrecilha. COMO O ACESSO À EDUCAÇÃO DESMONTA O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL. Artigos • **Ensaio: aval. pol. públ. educ.** 27 (104) • Jul-Sep 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/LGb4NSSNf8HGhyps4yhnrDB/abstract/?lang=pt>. Acesso em 03 maio 2023.

GOMES, Nilma Lino. EDUCAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org). **SUPERANDO O RACISMO NA ESCOLA**. 2.ed. Brasília – DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONZAGA, Yone Maria. **RACISMO INSTITUCIONAL, BRANQUITUDE E GESTÃO REATIVA SELETIVA**: desafios para a implementação de ambiente universitário afirmativo. REVISTA PRÁXIS EDUCACIONAL, 2023. V.19, n.50.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertação de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. – 8.ed – São Paulo: atlas, 2020.

SANTOS, Edmilson Santos dos; Gomes, Nilma Lino; SILVA, Givânia Maria da; & BARROS, Ronaldo Crispim Sena. RACISMO INSTITUCIONAL E CONTRATAÇÃO DE DOCENTES AS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS. Seção especial. ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: Lutas, conquistas e desafios, ARTIGOS • Educ. Soc. 42 • 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JsP8qXvPqRNbsR6PRd9WkXB/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21 abr. 2023

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submetido em: /2026

Aceito em: /2026

Publicado em: /2026